

## A EVOLUÇÃO DAS IDÉIAS REPUBLICANAS ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS\*

Odilon Nogueira de MATOS

As duas palestras precedentes já cuidaram, com toda a propriedade, das origens da propaganda republicana, com adequados comentários ao Manifesto de 1870, ponto de partida para uma história documental de nossa República. O tempo que decorreu entre o Manifesto de 1870 e a proclamação do novo regime, em fins de 1889 – praticamente vinte anos –, é de extrema significação e importância. Nele se acentuou consideravelmente a propaganda. Nele atuaram aqueles que costumamos denominar de “republicanos históricos”, ainda hoje – e com razão – as mais lembradas de todas as figuras da República.

Não houve ano, nesse período, em que os republicanos não se reunissem nos mais diversos lugares do país e de quase todas essas reuniões resultaram documentos de grande significação (manifestos, proclamações, moções..., não importa o nome), e que constituem páginas importantes para uma história documental da República.

O livro de Reynaldo Carneiro Pessoa. Vários desses documentos podem ser encontrados no livro **A idéia republicana no Brasil, através de documentos**, elaborado pelo saudoso professor Reynaldo Carneiro Pessoa e publicado em São Paulo, pela Editora Alfa-Omega, em 1973. Volume que não chega a 180 páginas, obviamente não poderia conter tudo o que se publicou no período da propaganda, ainda mais que o autor reuniu alguns documentos que chamaríamos de pré-republicanos, pois referem-se a movimentos anteriores a 1870, nos quais é perceptível e às vezes mesmo declarada a idéia de República. Assim, as páginas relativas à Revolução de 1817, à Confederação do Equador, de 1824, ao movimento farroupilha e à “Sabinada”, de 1837/38. No livro em questão, o Manifesto de 1870 já é o quinto texto a aparecer. E deste, até a proclamação, reuniu o autor mais oito peças de grande interesse. Com exceção do Manifesto de 1870, que já havia sido divulgado inúmeras vezes, todos os outros textos eram pouco conhecidos e alguns até mesmo bastante raros. O autor pesquisou atentamente em jornais e livros antigos e transcreveu-os

(\*) Comunicação apresentada ao Simpósio “Centenário da República”, realizado em Itu, SP, em setembro/outubro de 1989.

cuidadosamente, precedendo cada texto de pequeno “nariz-de-cera” (como se diz na gíria de imprensa), mostrando seu interesse e indicando corretamente as fontes.

É claro — como já o dissemos — que muitos outros documentos valiosos deixaram de figurar no livro, dadas as limitações do volume. Mas, o que foi divulgado vale como excelente amostra do pensamento e da ação dos republicanos nesse período. Como o livro do professor Reynaldo Carneiro Pessoa não foi reeditado, sendo hoje praticamente inencontrável, portanto, desconhecido das novas gerações, julgamos oportuno lembrar os textos nele contidos: Manifesto de 3 de dezembro de 1870; Manifesto do Congresso do Partido Paulista de 3 de junho de 1873; Manifesto do Clube Republicano do Pará, de 1886; Manifesto do Congresso Republicano Federal, de 5 de julho de 1887; novo Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista, de 24 de maio de 1888; Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco, de 11 de dezembro de 1888; Carta de Silva Jardim “ao País e ao Partido Republicano”, de 5 de janeiro de 1889, na qual indica os rumos que a propaganda republicana deveria tomar; e, finalmente, o Manifesto de Quintino Bocaiuva ao Partido Republicano Brasileiro, de 22 de maio de 1889. Acrescente-se a este elenco os documentos relativos aos movimentos anteriores a 1870 e ainda a Moção Plebiscitária da Câmara de São Borja (Rio Grande do Sul) e alguns curiosos “pactos de sangue” que tornam evidente a liderança de Benjamin Constant junto aos seus colegas de farda nos acontecimentos que antecederam o 15 de novembro de 1889, e ter-se-á um quadro abrangente de valioso textuário da fase da propaganda.

Ao publicar seu livro, teve o autor em mira três razões “que se sobrepuseram às demais”: “a preservação do documento, evitando um desgaste que não possibilitasse mais a sua consulta; a divulgação em maior amplitude do texto integral do mesmo para que a disponibilidade de acesso se tornasse maior; e finalmente oferecer aos professores e alunos um material que pudesse ser utilizado em seminários de interpretação de textos”. Foi a mesma razão, guardadas naturalmente as proporções, que nos levou, quando da criação da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, em 1969, a oferecer, em todos os números, textos como sugestões para seminários, de cujos bons resultados temos tido inúmeras demonstrações.

(...)

**O Manifesto de 1887.** Parece-nos oportuna uma análise do Manifesto do Congresso Republicano de 1887 — tão pouco conhecido ele é — e que tivemos o privilégio de divulgar em o número 23 da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, correspondente a junho de 1971. Aliás, a maneira como viemos a conhecê-lo merece registro, pois vem mostrar como, na pesquisa histórica, às vezes ocorrem acasos felizes. Naquele ano, já bastante

remoto, uma nossa aluna, residente na vizinha cidade de Salto, trouxe-nos, para que os examinássemos, alguns exemplares do velhos jornais ituanos, da coleção de um amigo de sua família, morador na histórica cidade da Convenção. Entre eles, havia um número da *Imprensa Ytuana*, de 24 de julho de 1887. Esse jornal transcrevia, na íntegra, o manifesto de um congresso republicano realizado no Rio de Janeiro no princípio daquele mesmo mês de julho de 1887. Lemos com atenção o documento, pois na ocasião ministrávamos um curso sobre a República, e qualquer coisa com que deparássemos, em livros, revistas, jornais, sobre a propaganda republicana, mereceria de nossa parte especial atenção. Já havíamos procedido a um levantamento vasto sobre o que se publicara em livros e revistas e mesmo em jornais, e nada havíamos encontrado com relação ao Manifesto de 5 de julho de 1887, que o jornal ituano reproduzia. Conversamos sobre ele com pessoas ligadas à pesquisa Histórica e com conhecimento das fontes sobre a República, e pessoa alguma havia sequer ouvido falar do manifesto que a gentileza de nossa aluna, ocasionalmente, nos fez conhecer. Vimos, então, que se tratava de peça extremamente rara, provavelmente só publicada na época e, ao que parece, sem muita repercussão, pois nenhum dos cronistas e historiadores da República fazia-lhe a menor referência. Não tivemos dúvida. Não suportando o jornal uma reprodução xerográfica, demo-nos ao trabalho de copiá-lo cuidadosamente para publicação em nossa revista, que, deste modo, teve o privilégio de divulgar documento praticamente desconhecido e extremamente valioso. O professor Reynaldo Pessoa, que pouco depois publicou seu livro já mencionado, incluiu-o nele, tendo a gentileza de citar, como fonte, nossa modesta publicação.

A leitura desse manifesto mostra como evoluiu, em dezessete anos, o pensamento dos propagandistas da República. Redigido num momento em que o Imperador, por motivo de doença, fora obrigado a deixar o governo e ausentar-se do país, julgaram seus signatários no dever de dirigir-se aos seus concidadãos a fim de esclarece-los, ainda uma vez, “sobre os intuítos que animam o Partido Republicano e sobre a atitude que lhe cumpre manter em face da nova situação, criada pelo aludido incidente”. E esboça o Manifesto um quadro talvez exagerado (mas necessário para fundamentá-lo) do país na época, a traduzir os resultados de um sistema de governo “artificial e artificioso”, que se faz sentir em inúmeras proposições diretas e sem subterfúgios.

E é para reagir contra o estado social mórbido, apresentado pelo Manifesto, e que só poderia ter um desenlace funesto, que os signatários incitam e aconselham seus correligionários a que perseverem na luta política, aumentando e desenvolvendo a sua energia patriótica, batalhando com fervor e afinco no terreno legal da propaganda republicana, mesclando-se por todos os modos nos atos da vida civil e interferindo por todos os meios ao seu alcance nas funções sociais e políticas, onde sua intervenção

possa ser salutar e eficiente, alistando-se como eleitores (desde que se achem nas condições exigidas pela lei do Império), congregando-se em clubes e grêmios políticos em todas as localidades onde residam, doutrinando pela palavra e sobretudo pelo exemplo, fazendo uso da tribuna e da imprensa para esclarecer os que estiverem iludidos, honrando, enfim, por todas as formas a causas republicana e a dignidade do partido. Estão eles convencidos de que no meio da dissolução social e da desagregação dos partidos monárquicos, constituem o único núcleo de homens políticos solidamente constituído e animado pela coesão das idéias e pela comunidade de princípios.

E remata o Manifesto: “A república federativa brasileira, fundada na base da recíproca autonomia e independência das províncias e circunscrições, que no futuro hão de formar os Estados Unidos do Brasil, apoiada nos princípios eternos da liberdade e da justiça — tal é a bandeira em torno da qual nos achamos congregados na mais perfeita solidariedade para o fim de conquistarmos, com o bem ser dos nossos concidadãos e com a grandeza da pátria, a efetividade de todos os direitos inerentes à comunidade social, tais como: o sufrágio universal, a liberdade da palavra falada e escrita, a liberdade de cultos, a inviolabilidade do domicílio e da correspondência, as liberdades de ensino, de reunião, de associação e de propriedade, a instituição do júri para toda a classe de delitos, a abolição dos privilégios pessoais, títulos de nobreza e condecorações, a instituição do poder judicial como delegação direta da soberania nacional e, finalmente, a intervenção do povo em todos os negócios públicos”. E deixava para o último lugar, como um clou capaz de impressionar, o problema da escravidão: “cumpre-nos dizer-vos que, não tendo querido a monarquia resolvê-lo, de acordo com a justiça, por meio de um ato pronto e simultâneo, adotadas as precauções necessárias para evitar o abalo da propriedade mal constituída, o que nos resta exigir e promover é a abolição total da escravidão no Brasil dentro de um período que não exceda a data aniversária e gloriosa da Revolução Francesa, quando foram proclamados pela primeira vez os direitos inalienáveis do homem”.

Tal Manifesto contava com apenas dezoito assinaturas, entre elas as de Saldanha Marinho (primeiro signatário e, provavelmente, o redator do texto), Quintino Bocaiuva, Campos Sales, Rangel Pestana, Arístides Lobo e Ubaldino do Amaral, para citar os mais conhecidos. É significativa a comparação desse manifesto com o de 1870. Não só para se constatar a mudança de atitude dos republicanos, como para caracterizar suas naturezas. O de 70 é num manifesto doutrinário, praticamente sem programa e sem ação; o de 87, ao contrário, é um manifesto-programa, mas sem a menor preocupação doutrinária. Dir-se-ia que um fora escrito para as elites, o outro para as massas. Um é excessivamente cauteloso, o outro chega a ser excessivamente desabrido.

O apelo à Revolução Francesa como baliza política e social — quando esperam que a abolição se faça antes da data centenária do glorioso movimento de 1789 (e de fato se fez) — pode ser levado, em parte, à conta da influência positivista, como, aliás, todo o francesismo da propaganda republicana: era freqüente tocar-se a **Marselhesa** nas reuniões de republicanos, da mesma forma que, com o advento do novo regime, o dia 14 de julho tornou-se feriado nacional, em condições de igualdade com o 7 de setembro e o 15 de novembro. E feriado nacional foi o 14 de julho durante toda a chamada Primeira República. Da mesma forma, o **Ordem e Progresso**, absurdamente inscrito em nossa bandeira, num evidente atentado às regras da heráldica.

É estranho, contudo, que não haja no Manifesto que tão longamente citamos (e o fizemos de propósito por ser ele tão pouco conhecido) alguns dos tópicos em que mais se compraziam os propagandistas: a separação entre a Igreja e o Estado (“la libera Chiesa en lo libero Stato”, na fórmula de Cavour), a instituição do registro civil ou a secularização dos cemitérios. Mesmo o apelo ao ideal da federação não vem tão enfatizado como seria de se esperar. Talvez por já estarem estes pontos mais arraigados na consciência do povo, uma vez que eles não eram privilégio dos republicanos.

(...)

**Outros meios de propaganda.** O Manifesto de 1887, que vimos de analisar, recomendava que a propaganda republicana fosse feita por todos os meios possíveis, congregando-se em clubes ou grêmios políticos, fazendo uso da tribuna e da imprensa, etc. Resta ainda por estudar convenientemente a atuação das forças lembradas pelos convencionais de 1887. Quando da Convenção realizada em 1873, nesta histórica cidade de Itu, uma das propostas apresentadas dizia respeito à fundação de um jornal para a propaganda republicana. Discutiu-se se seria preferível a criação de um jornal próprio na província ou o auxílio ao jornal republicano já existente no Rio de Janeiro. Optou-se por esta última solução. Não julgaram, ainda, os republicanos, houvessem condições para a criação de seu próprio jornal. Isto em abril de 1873, pouco mais de dois anos após a fundação do Partido Republicano. No entanto, menos de dois anos depois, a situação se alterou com a fundação de **A Província de São Paulo**, cujo primeiro número circulou a 4 de janeiro de 1875, e que se tornou o primeiro jornal republicano da província paulista. A década seguinte vê a fundação de numerosos outros jornais, não apenas nas capitais, mas, também, em numerosas cidades do interior. Ainda está por ser feito o estudo desta imprensa republicana. Deve-se ter em conta que grande parte da matéria doutrinária elaborada pelos republicanos na fase da propaganda ficou nas páginas dos jornais, pouca coisa vindo a ser publicada em livro. Há, todavia, exceções, como o caso de Alberto Sales, que já tem sido chamado de “ideólogo da

República”, e cujo livro **Política Republicana** certamente é o que de mais sólido se publicou, do ponto de vista doutrinário, na fase da propaganda. O resgate da memória dessa imprensa (enquanto é tempo) será tarefa assás louvável. O mesmo se poderá dizer dos numerosos clubes ou grêmios republicanos, muitos dos quais, perdida sua razão-de-ser com a implantação do novo regime, transformaram-se em associações recreativas, das quais algumas existem até hoje. Por onde andarão seus arquivos? Isto implicaria num estudo — também ainda por fazer-se — da participação das cidades do interior na propaganda republicana. Participação enorme, em algumas cidades, como é sabido. Não foi sem propósito que Itu e Campinas, por exemplo, receberam os cognomes de “Berço da República” e “Meca da República”, respectivamente.

**Textuários.** A propósito do livro do professor Reynaldo Pessoa, lembramos ter ele sido elaborado como sugestão para os trabalhos de seminários nas universidades, interessando, portanto, tanto a professores como a estudantes. Antes, todavia, do livro em questão, o professor Edgard Carone iniciou a elaboração de seu vasto painel sobre a República. Mas, não se ocupa da fase da propaganda, começando já com o decreto da proclamação do novo regime. Alternando textos com análise e interpretação, o ilustre professor da Universidade de São Paulo publicou cerca de vinte volumes, estendendo-se até 1964, término do que ele denomina “República Liberal”. Além da periodização numérica da fase republicana (Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Repúblicas), dedicou Carone volumes especiais a certos temas particulares, como, por exemplo, o Estado Novo, o Tenentismo, o pensamento industrial, o movimento operário e o Partido Comunista.

Mas, recuemos um pouco. Data de 1878 o primeiro documentário de interesse para a história da República. É o livro **Os programas dos partidos e o Segundo Império**, de Américo Brasiliense. Nele figuram — como o título o indica — os programas de todos os partidos então existentes; na parte relativa ao Partido Republicano, transcreve-se na íntegra o Manifesto de 1870, além de textos do mais alto interesse (manifestos, declarações, circulares, e o projeto da constituição paulista; em apêndice documental, as reflexões apresentadas pela Câmara de Itu ao projeto de constituição do Império, um documento semelhante elaborado em Pernambuco por Frei Caneca e o Manifesto do Centro Liberal, de 1869. Rocha Pombo, que, no início do século, publicou uma vasta **História do Brasil**, em dez volumes, consagrou o último volume — alentado tomo de mais de quinhentas páginas — a um documentário sobre os primeiros tempos da República, incluindo também textos relativos à fase da propaganda, a começar pelo Manifesto de 1870 que, em seu livro, também é reproduzido na íntegra. Como não nos cabe falar sobre o período republicano propriamente dito, cremos necessário ficarmos por aqui, não invadindo seara que provavelmente será domínio de outros participantes desta reunião.

Lamentavelmente, o desinteresse e a ignorância campeiam entre as novas gerações. Pedimos licença para, terminando esta já longa fala, relatar episódio ligado à história desta cidade. Em 1973, a imprensa paulista deu muita ênfase ao centenário, que naquele ano se comemorava, da Convenção de Itu. A todo instante os jornais faziam referências ao importante evento. Tanto, que achamos razoável incluir no concurso vestibular a importante instituto universitário de São Paulo, de cuja prova de História do Brasil fomos incumbido, uma questão sobre a famosa convenção, já que ela estava na ordem do dia. Naquela época não se havia adotado ainda o lamentável sistema de testes; as questões eram elaboradas pelos próprios professores e continham perguntas que obrigavam a respostas e não à simples marcação de cruzinhas. Redigimos a questão desta forma: “Que foi a Convenção de Itu, que se realizou na histórica cidade paulista, no dia 18 de abril de 1873?” Notem os ouvintes que a data, que sempre constitui o pavor dos examinandos em História, já fora dada na própria pergunta. Pasmem todos: de mais de cem candidatos, não houve uma resposta certa! e todos os candidatos tinham pelo menos o curso secundário completo e alguns havia até com curso superior! A questão, ou ficou em branco (grande maioria) ou — o que é pior — veio com as mais disparatadas respostas. Houve quem escrevesse que a Convenção de Itu “foi uma reunião de fazendeiros para protestar contra a abolição dos escravos”... Outro respondeu que foi “uma reunião republicana chefiada pelo antigo regente Padre Feijó”... outro, ainda, respondeu que foi uma reunião para decidir se o Imperador deveria ou não ser expulso do país... Houve quem vinculasse a Convenção de Itu à revolução de 1842, à Cisplatina, à Guerra do Paraguai, à Independência, e por aí afora. As respostas recebidas dariam mais um volume do famoso **Festival de Besteiras** no estilo do falecido Sérgio Portó.

**Risum teneatis?** perguntaria um romano antigo. De fato, é difícil conter o riso diante de tanta tolice. Sem querer dar uma de Conselheiro Acácio, bem poderíamos dizer que tudo isso seria muito divertido se não fosse triste. Sim, triste demonstração de uma ignorância que campeia desenfreada entre os nossos estudantes (e até professores!...) obnubilando-lhes o próprio bom senso e até a noção comum das coisas. Mas, não são eles os únicos culpados.

Há alguns anos, um ilustre Presidente da República, ao inaugurar a nova sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, proferiu, em seu discurso, uma frase lapidar, dessas que devem ser guardadas para a posteridade, e que o Instituto, mui sabiamente, fez inscrever no **hall** de entrada do edifício. Disse ele: “Não se governa sem história e sem historiadores”. O que se lamenta é que tenha sido justamente o governo desse presidente que praticamente eliminou o ensino da História no curso secundário de nosso país, obrigando muitas Faculdades de Filosofia,

por falta de mercado de trabalho, a fechar seus cursos de História, ou então reduzi-lo à vala comum dos "Estudos Sociais", híbrido que não diz nada e que ninguém sabe o que deva ser. Ainda bem que novos ventos sopraram. E ainda bem que existem instituições como esta, que não descuram de seus objetivos nem da missão de que se investiram quando de suas fundações, e procuram trazer sempre vivo o facho do culto à história, para que se não perca de vez a memória nacional, já tão ameaçada. E efemérides como a que comemoramos nesta série de palestras em boa hora promovida pelo Museu Republicano de Itu, constituem oportunidades felizes para o avivamento dessa memória, ainda que seja pela voz pálida de quem vos fala.